



Ministério da Saúde do Brasil

**Reunião de Alto Nível sobre o fim da AIDS
Nova York, de 8 de Junho a 10 de 2016**

Painel 3

Ficando à frente da iminente crise de tratamento: uma agenda de ação para chegar ao 90-90-90

Dra. Adele Benzaken

INTERVENÇÃO

Senhoras e senhores,

O Brasil gostaria de destacar que a meta 90-90-90 para o fim da epidemia de AIDS foi estabelecida durante o "1º Fórum Latino-Americano e do Caribe sobre o contínuo de atenção ao HIV", na Cidade do México, assinado pelo Brasil e outros países na região, em Maio de 2014, e tornou-se uma plataforma global.

Também em 2014, os Ministros da Saúde do Mercosul endossaram o compromisso com as metas 90-90-90 em uma reunião que aconteceu em Buenos Aires. O mesmo aconteceu na reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS, que foi realizada em Brasília, em Dezembro de 2014.

No Dia Mundial de Luta Contra a AIDS em Paris, em 2014, organizado pelo prefeito de Paris, alguns prefeitos brasileiros convidados pelo UNAIDS participaram de uma reunião para assinar a "Declaração de Paris" que visa pôr fim a epidemia de AIDS, comprometendo-se com a estratégia de aceleração da resposta. Até o momento, 23 prefeitos de municípios brasileiros assinaram a Declaração.

No contexto da aceleração da resposta ao HIV, o Brasil continua a reafirmar o seu compromisso. Os resultados positivos confirmam que o país está indo na direção certa: o Brasil atingiu a meta de supressão da carga viral em 2015, quando 90% das pessoas vivendo com HIV e em tratamento antirretroviral tiveram a sua carga viral suprimida. Só em 2015, quase 80 mil novos tratamentos começaram, e até Abril de 2016, 475 mil pessoas foram colocadas em tratamento.

É fundamental ressaltar que o tratamento antirretroviral no Brasil é gratuito através do princípio do acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde brasileiro. Atualmente, o Brasil produz 11 dos 22 antirretrovirais recomendados no país.

No entanto, para garantir que todas as pessoas que vivem com o HIV tenham o direito garantido é necessário continuar a implementação da política de saúde pública brasileira, comprometida com o ideal de um sistema de saúde universal.

Neste sentido, afirmamos a nossa expectativa e confiança no progresso que virá em consequência do debate em curso no Congresso Nacional, que visa aplicar plenamente as flexibilidades para as políticas de saúde de acordo com o Acordo TRIPS, no âmbito da legislação da propriedade intelectual. A este respeito, os países aqui representados têm uma grande liderança e são exemplos importantes a serem seguidos.

Obrigada!